

Novo Ciclo de Cooperação Federativa

SECRETARIA DO
TESOURO NACIONAL



MINISTÉRIO DA
FAZENDA



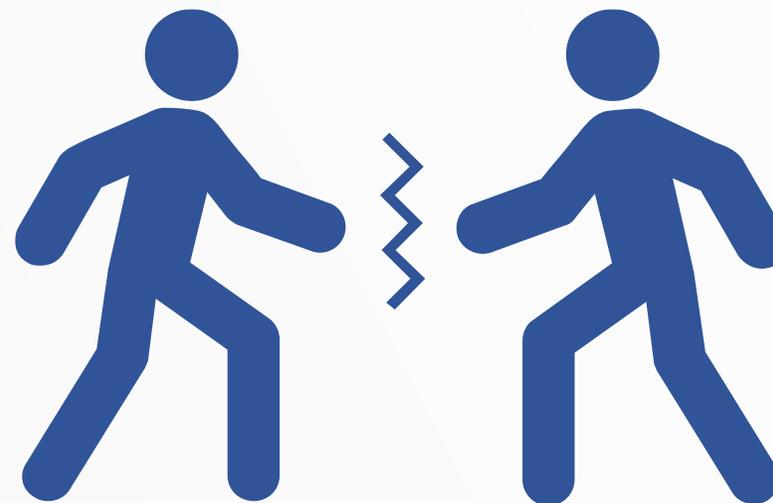
Sumário

1 Contexto anterior de atritos entre União, Estados e municípios

2 O que já foi feito de reconstrução do pacto federativo em 6 meses

3 Mais novidades

4 Considerações Finais





Contexto anterior de conflitos entre União, Estados e municípios

Judicialização do pacto federativo devido a constantes intervenções sobre a autonomia dos entes

Questões	Soluções
Limitação da alíquota máxima do ICMS para bens e serviços essenciais – LC nº 194/2022	ADI 7191 e ADPF 984
Instituição do piso salarial nacional da enfermagem – Lei nº 14.434/2022 e EC nº 124	Promulgação da EC nº 127
Litígio sobre o cálculo da complementação da União ao FUNDEF	ACOs 648, 660, 669 e 700
Disputa sobre a Lei Kandir – desoneração de ICMS para exportações	ADO nº 25 (consubstanciado na Lei complementar nº 176/2020)
Ajuizamento de ACOs postulando a suspensão da execução de contragarantias por parte da União	Decisões liminares do STF



Sumário

1 Contexto anterior de atritos entre União, Estados e municípios

2 **O que já foi feito de reconstrução do pacto federativo em 6 meses**

3 Mais novidades

4 Considerações Finais





O que já foi feito em 6 meses

1º

Acordo unânime entre União e Estados sobre ICMS no STF

- ❑ **Acordo** entre União e Estados **firmado no STF** em virtude da **compensação do ICMS** prevista na LC 194/2022.
- ❑ Devido à abertura ao diálogo e à **cooperação institucional dos entes** envolvidos, foi possível **aperfeiçoar o modelo de aproximação, de negociação e de resolução do conflito** entre as **esferas federal, estadual e distrital**.
- ❑ **Desdobramentos do acordo:**
 - A União indenizará em **R\$ 27 bilhões** os Estados e o DF, como compensação pelas perdas de arrecadação de ICMS ocorridas em 2022;
 - Está assegurado aos Municípios o recebimento da cota-parte correspondente à perda de receitas em 2022, nos casos em que o Estado ainda não fez o repasse.



O que já foi feito em 6 meses

Apoio da União para PPPs de Estados e municípios

- O MF está adotando um conjunto de medidas para fomentar PPPs de entes subnacionais:

2º

Especificação do conceito de despesas de caráter continuado para fins de limite

- ✓ Edição da [Portaria STN/MF nº 138/2023](#), esclarecendo que **não entram no cômputo** das despesas com PPPs (5%) aquelas relativas a **serviços já prestados nem despesas de aportes** para a realização de obras e aquisição de bens reversíveis.

3º

Decreto de Debêntures Incentivadas

- ✓ Edição do [Decreto nº 11.498/2023](#), adicionando novos setores passíveis de financiamento via debêntures incentivadas (educação; saúde; segurança pública e sistema prisional; parques urbanos e unidades de conservação; equipamentos culturais e esportivos; e habitação social e requalificação urbana).

4º

Garantias da União em op. de crédito de entes em PPPs

- ✓ Aval da União para garantir **contraprestação**, permitindo a **redução da percepção de risco, maior atratividade dos projetos** de PPPs e a **redução do custo para os entes**.

5º

Op. de crédito para aportes em PPPs durante a fase de obras

- ✓ Aval da União para operações de crédito para **aportes** durante a fase de obras em PPPs, permitindo a **redução da percepção de risco, maior atratividade dos projetos** de PPPs e a **redução do custo para os entes**.



O que já foi feito em 6 meses

6º

Evento com os Entes Subnacionais

- Período: 6 a 8 de março de 2023.
- Realização: Tesouro e ENAP, com patrocínio do BID e do PNUD, e apoio do TCU e do BB.
- **Objetivos:**
 - **aproximar o Tesouro** das novas equipes econômicas de Estados e municípios;
 - discutir **temas de interesse dos entes**, como: relações federativas, regras fiscais, gasto público, PPPs e novos instrumentos da Lei de Licitações para projetos de investimentos e financiamento de políticas públicas.
- Igualdade de gênero entre os expositores (equidade entre o número de palestrantes e moderadores dos sexos feminino e masculino).
- 420 inscrições presenciais. Virtualmente, o evento foi acompanhado por aproximadamente 800 pessoas/dia.





O que já foi feito em 6 meses

7º

Semana Contábil e Fiscal para Estados e municípios – SECOFEM

Retorno da edição presencial, além de uma edição online.

Realização: Tesouro, CFC e apoio do Instituto Serzedello Correa(TCU)

Objetivo: Capacitar as equipes de Estados e municípios.

Presencial	On-line	
20 a 24 de março de 2023	26 a 30 de junho de 2023	Próxima SECOFEM em agosto/2023 em Belém-PA
370 inscrições	518 inscrições	
6 salas de aulas simultâneas com 25 professores em 30 oficinas.	7 oficinas	
	1,9 mil visualizações até 20 de julho de 2023	



8º

Câmara Técnica de Normas Contábeis e de Demonstrativos Fiscais da Federação - CTCNF

Realização: Tesouro e apoio do Instituto Serzedello Correa

Objetivo: Discutir e democratizar discussões que terão impacto para Estados e municípios.

Período: 03 a 05 de maio de 2023

Reunião presencial com transmissão simultânea pela internet.

Comparecimento de 33 membros da Câmara Técnica e 61 convidados.

6,4 mil visualizações até 20 de julho de 2023.



Câmara Técnica de Normas Contábeis e de Demonstrativos Fiscais da Federação



O que já foi feito em 6 meses

9º

Novidades no lançamento do Prêmio Tesouro Nacional

28ª edição – nova categoria “Soluções em Gestão Fiscal”

➤ **Critérios de avaliação:**

- I - impacto fiscal;
- II - evidências que comprovam o impacto;
- III - qualidade técnica do arcabouço conceitual;
- IV - sustentabilidade integrada “ESG” da solução;
- V - relação custo-benefício ;
- VI - grau de inovação, criatividade e singularidade;
- VII - uso de novas tecnologias, especialmente IA e ciência de dados; e
- VIII - possibilidade de replicação e escala da experiência.



Premiação de gestores que implantaram soluções inovadoras, impactantes e replicáveis

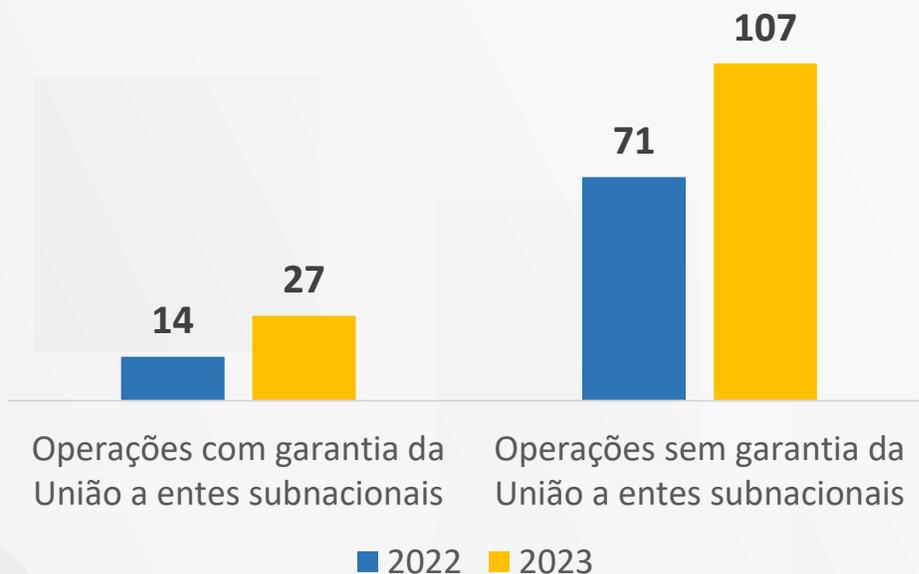


O que já foi feito em 6 meses

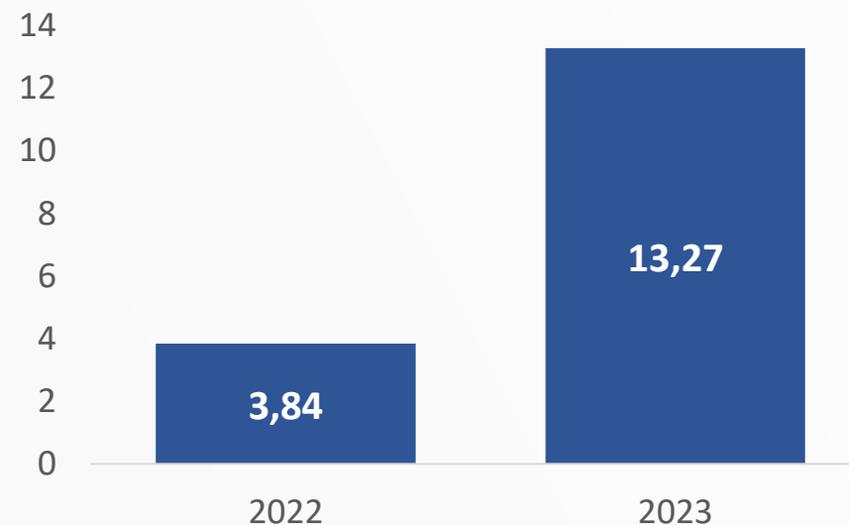
10º

Aceleração no processo de análise e liberações de operações de crédito

Número de operações no 1º semestre



Montante liberado do limite CMN para operações de crédito no 1º semestre do exercício (em R\$ bilhões)



Incremento de **246%** no volume de recursos contratados frente ao mesmo período de 2022

Fonte: CADIP/BCB



O que já foi feito em 6 meses

11º

Ampliação dos limites CMN em 2023

Ano	Operações com garantia da União	Operações sem garantia da União	Total
2023	Até R\$ 6 bilhões	Para órgãos e entidades dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios Até R\$ 10 bilhões	Até R\$20,13bilhões
		Para órgãos e entidades da União Até R\$0,63 bilhão	
	Para a Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S/A – ENBPar, exclusivamente para a implantação da Usina Nuclear de Angra 3 Até R\$2,3 bilhões	Para a Eletrobras Termonuclear S/A – Eletronuclear, exclusivamente para a implantação da Usina Nuclear de Angra 3 Até R\$1,2 bilhão	

Aumento de R\$ 3 bilhões em operações com e sem garantia para órgãos e entidades subnacionais

(Res. CMN nº 5.073/2022)



O que já foi feito em 6 meses

Aprimoramentos normativos no RRF e no Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal (PEF)

12º

Decreto Nº 11.540/2023 altera o **Decreto nº 10.681/2021** (RRF)

O ente pode escolher como ano base para o limite de crescimento das despesas o exercício anterior à homologação do PRF ou o anterior à adesão ao RRF.

13º

Decreto nº 11.587/2023 altera o **Decreto nº 10.819/2021** (PEF)

Entes que aderiram ao PEF mas não usufruíram do benefício de contratar operação de crédito podem realizar nova adesão sem cumprimento de medida adicional.



Sumário

- 1 Contexto anterior de atritos entre União, Estados e municípios
- 2 O que já foi feito de reconstrução do pacto federativo em 6 meses
- 3 Mais novidades**
- 4 Considerações Finais





Mais Novidades - CAPAG e Operações de Crédito

Contextualizando: Principais problemas ou gargalos identificados na CAPAG* e Operações de Crédito

- Indicador** de poupança corrente para ser rating A **excessivo e sem alternativa** para os entes
- Ausência prática de diferenciação** de benefícios entre ser A e B no ranking CAPAG
- Inconsistências contábeis** geram **distorções** na classificação dos entes na CAPAG (“falsos” A e B)
- Operações de crédito com aval da União **só são acessíveis a grandes municípios, capitais e Estados** (limite mínimo de R\$ 30 milhões).

*Capag: Capacidade de Pagamento



Mais Novidades - CAPAG e Operações de Crédito

Contextualizando: Principais problemas ou gargalos identificados na CAPAG e Operações de Crédito

- ❑ Restrição do **PEF** que só é disponível para municípios com mais de 1 milhão de habitantes, **inviabilizando a entrada de municípios menores no programa.**
- ❑ **Limites** de Operações de Crédito (operações anuais sobre RCL), **a partir de 2024, inviabilizarão novas operações** para médios e pequenos municípios (1, 2 ou 3%, se for C, B ou A).
- ❑ Apesar do ganho em redução de riscos, a **União não cobra qualquer contrapartida das Instituições Financeiras** para poderem contar com seu aval em operações de crédito para Estados e municípios.
- ❑ Operações de crédito sem aval da União possuem **evidências de abusos nas taxas de juros (> 200% CDI).**



Mais Novidades - CAPAG e Operações de Crédito

14º

Aprimoramentos da Capag – critério alternativo para Capag A

Consulta pública

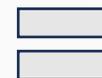
Medida: introdução de critério alternativo (resiliência financeira) para obtenção de rating A na Capag.

Inclusão de fator de resiliência fiscal na metodologia da Capag

Indicador de poupança corrente Capag B



Disponibilidade de Caixa Líquida/RCL > 7,5%



Capag A



Com base na última revisão da CAPAG, seriam beneficiados os Estados de CE, BA, SP e PR, as capitais BH, POA, Aracaju, Goiania, Porto Velho, Salvador, SP, Curitiba + 429 municípios.



Mais Novidades - CAPAG e Operações de Crédito

15º

Aprimoramentos da Capag – Checagem consistência e *Fast Track* para A+

Medida: introdução de critério de checagem automatizada das informações contábeis informadas à STN e criação de Fast Track para liberação de operações de crédito com informações contábeis consistentes.

Consistência das informações contábeis enviadas ao SICONFI

Critérios de governança

Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal no Siconfi

- i. Notas de Capag A⁺ e B⁺
- ii. Nota A no ranking → cálculo da Capag automatizado e mais rápido (*fast track*)
- iii. Notas D e E no ranking → poderá reduzir em até 2 níveis a nota da Capag, caso os entes não pertençam ao PAF



Mais Novidades - CAPAG e Operações de Crédito

16º

Aprimoramentos da Capag – Maiores Limites para Capag A

- Consulta pública
- Resolução CMN

Medida: liberação de limites para operações de crédito para entes com rating A e A+ e ajustes nas taxas máximas das operações visando maior alinhamento de incentivos para melhoria do rating.

Incentivos à Capag A, para obtenção de maiores limites

Diferenciação dos percentuais de garantia, conforme a nota da Capag.

Nota A: 100% de garantia da União em contratações de operações de crédito, não se sujeitando ao limite do CMN e com custo de captação mais baixo do que a Capag B.

Nota B: a partir de 2025, só receberá 90% de garantia da União e, a partir de 2026, 80%.

	CAPAG			Garantia FPM/FPE	Sem Garantia
	A	B	C (PEF)		
Garantia	100%	80 a 100%	70%	-	-
Custo Max (CDI)	120%*	127%	130%	≈145%	155%
Limite (%RCL)	-	4% ou R\$ 20 mi	3%	-	-

* Aproximadamente, o custo máximo para operações com garantia da União.



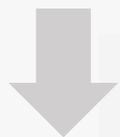
Mais Novidades - Medidas que beneficiam pequenos e médios municípios

17º

Redução do porte do município para aderir ao PEF

Medida: redução do número mínimo de habitantes (de superior a 1 milhão, para superior a 200 mil) exigido para o município classificado com Capag C ou D aderir ao PEF e poder realizar operações de crédito com aval da União.

Benefício ao município



Acessar operações de crédito com garantia a menor custo

Contrapartida do município



Pactuar metas fiscais para atingir indicadores de rating B ou A

Considerando a última revisão da CAPAG, 36 potenciais beneficiados: SP (Guarulhos, Santo André, Embu das Artes, Diadema, Araraquara, Cotia, Rio Claro, Guarujá, Marília, Taubaté), RJ (Duque de Caxias, Belford Roxo, São João de Meriti, Petrópolis, Volta Redonda, Magé), PR (Londrina), PE (Olinda, Caruaru, Paulista), CE (Caucaia), PA (Santarém), MG (Governador Valadares, Ipatinga), RN (Natal, Parnamirim), MA (Imperatriz), RS (Viamão, Pelotas), BA (Lauro de Freitas), MS (Campo Grande), MT (Cuiabá), RR (Boa Vista) + Estados de AP, MA, RN.



Mais Novidades - Medidas que beneficiam pequenos e médios municípios

18º

Redução do limite mínimo para operações de crédito

Regra : Limite de endividamento dos municípios = 120% de suas receitas.

Realidade: 36 municípios possuem endividamento > 100% de suas receitas
160 municípios possuem endividamento > 60% de suas receitas
252 municípios possuem endividamento > 50% de suas receitas

O valor mínimo para pleitear operações de crédito com garantia da União dificulta acesso ao crédito por parte de municípios menores ou eleva sobremaneira o custo dessas operações.

Medida: redução do valor mínimo para operações com garantia da União - de R\$ 30 milhões para R\$ 20 milhões, ou para R\$ 10 milhões, no caso de operações em projetos de PPPs.

Alteração do Inciso IV do Art.
13 da Portaria ME nº
5.623/2022

*Art. 13 São requisitos de elegibilidade para a continuidade da análise de Pedido de Verificação dos Limites e Condições de operação de crédito com garantia da União no âmbito da Secretaria do Tesouro Nacional da Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia:
(...)*

*IV - que o valor da operação de crédito analisada seja igual ou superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), com **redutor de 50% quando a operação estiver associada a projetos de PPPs;***



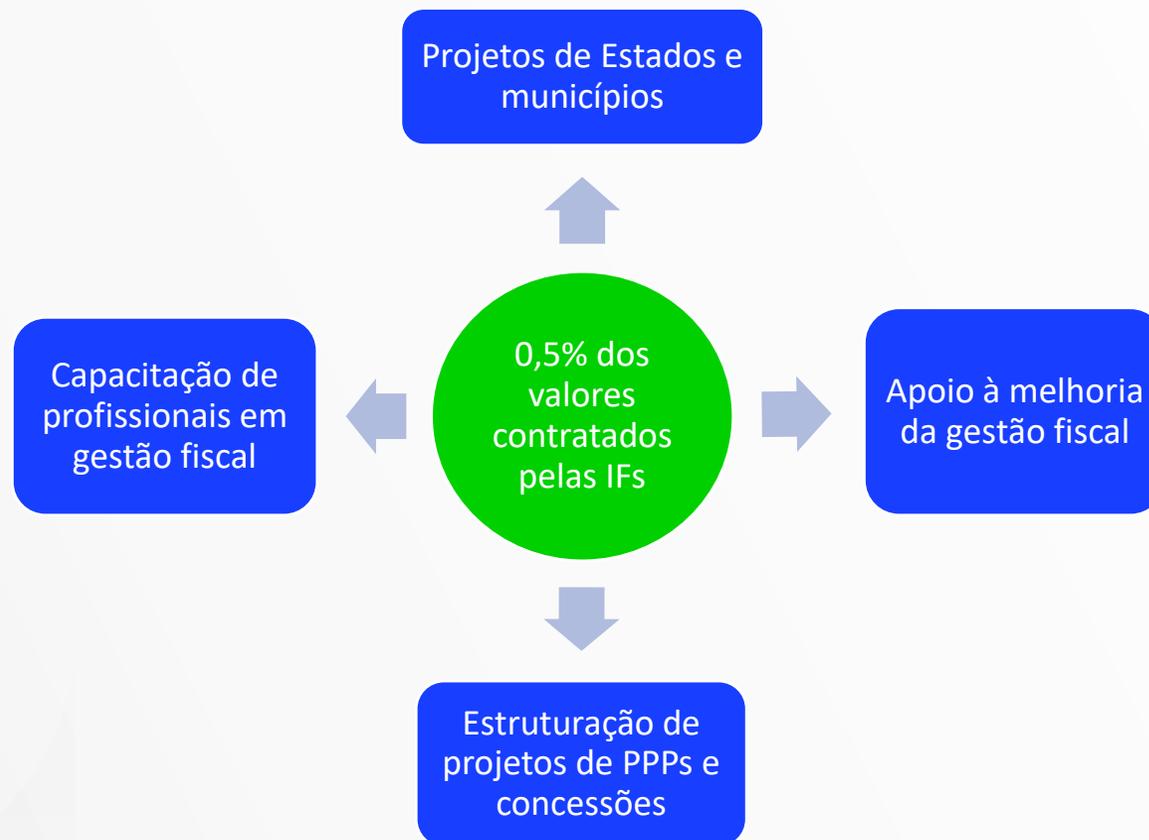
Mais Novidades - Medidas de fomento a PPPs e concessões

19º

Contrapartidas das IFs que realizam operações de crédito com aval da União

A contrapartida será equivalente a 0,5% dos valores contratados, podendo ser por meio de:

- I. apoio financeiro direto aos entes subnacionais; ou
- II. prestação de serviços de apoio técnico aos entes subnacionais, direta ou indiretamente, pela instituição financeira.





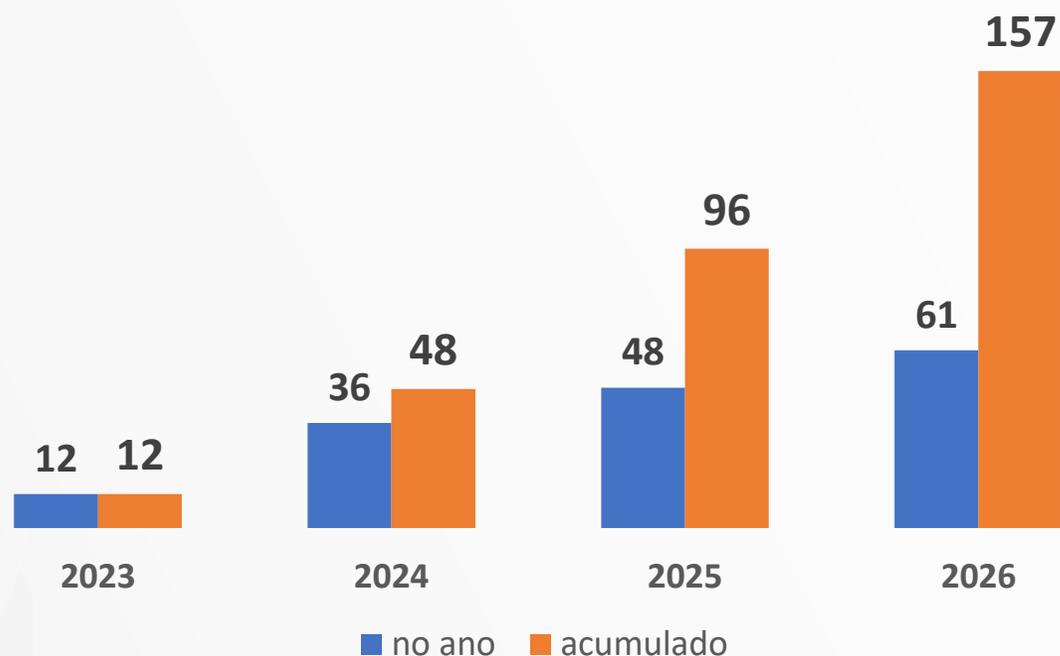
Mais Novidades - Medidas de fomento a PPPs e concessões

20º

Contrapartidas das IFs que realizam operações de crédito com aval da União (Cont.)

- ❑ Potencial para gerar R\$ 500 milhões em contrapartidas das IFs até 2026.
- ❑ Potencial para viabilizar estruturação de mais de 150 projetos de PPPs e Concessões de Estados e municípios até 2026.
- ❑ Potencial de avanços importantes em termos de capacitação e certificação em médios e pequenos municípios.
- ❑ Potencial para levar soluções tecnológicas e de gestão fiscal para médios e pequenos municípios.

No de Projetos PPPs e Concessões Contemplados





Mais Novidades

21º

Aprimoramentos no Regime de Recuperação Fiscal (RRF): Alterações na LC nº 159/2017

- Maior foco em resultados fiscais
- Gradação das penalidades
- Incentivos para saída antecipada do RRF
- Possibilidade de crescimento real das despesas em caso de cumprimento das metas fiscais do exercício anterior
- Aumento dos limites para operações de crédito visando reestruturação de passivos
- Autorização para operações garantidas pela União para operações de financiamento de contraprestações ou aportes em PPPs que reduzam custos já existentes
- Possibilidade de extensão do prazo do regime de 9 para 12 anos





Mais Novidades

22º

Bancos públicos e PPPs

Proposta de alteração legal para permitir que bancos públicos possam garantir contraprestações integrais de PPPs, e não só a parte relativa à amortização do investimento.

Em avaliação, proposta de alteração do art. 35 da LRF.





Mais Novidades

23º

Reconhecimento e Premiação para boa prática contábil



Medida: Os Estados, capitais e demais municípios que possuírem as melhores notas em termos de consistência das informações contábeis entregues à STN serão reconhecidos e premiados.

- Com mais de 100 checagens automatizadas de consistência das informações contábeis, o ranking contábil Siconfi irá reconhecer os 3 primeiros colocados em cada categoria.
- **O Estado ou município será premiado, assim como o profissional contábil responsável pelas demonstrações contábeis, como forma de valorizar o trabalho diferenciado desses profissionais.**



Mais Novidades

24º

Siafic

- O **SIAFIC** é o **Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle**, ou seja, é um **software** único que atua de maneira integrada com a contabilidade e deve ser **implantado e gerenciado pelo órgão público municipal**.
- Em 2020, o Governo Federal publicou o [Decreto nº 10.540/2020](#), estabelecendo que **todos os órgãos municipais deverão estar inclusos no SIAFIC a partir de janeiro de 2023**.
- As entidades representativas (ABRASf, FNP, CNM) solicitaram **prorrogação da implementação do Siafic devido aos desafios técnicos e a necessidade de maior prazo para que os demais Poderes e RPPS possam aderir ao Sistema Único do respectivo Poder Executivo**.
- Após diálogo com entidades que representam municípios (FNP, ABRASf E CNM) e Tribunais de Contas (Atricon e IRB), definiu-se, em comum acordo, prorrogação dos prazos com marcos intermediários para garantir avanços e solução definitiva para o assunto.



Mais Novidades

25º

Aprimoramentos LRF

Problema: apesar da existência do artigo 42 da LRF e da melhora da situação fiscal de longo prazo (endividamento), ainda são recorrentes casos de problemas de fluxo de caixa em Estados e municípios que levam ao colapso de serviços públicos e elevam o prêmio de risco em todas as contratações com setor público.

Medida: propor previsão de que, em caso de descasamento entre caixa e obrigações, sejam adotadas medidas prudenciais de contratações de novas obrigações ou majoração de existentes.





Mais Novidades

26º

Capacitações

Semana Contábil e Fiscal para Estados e Municípios presencial em Belém-PA

- Período: 28 de agosto a 1º de setembro de 2023
- Patrocínio: Conselho Federal de Contabilidade
- 364 inscritos
- Serão abordados 25 módulos (temas) ao total



Criação de novos módulos de capacitação:

Ranking da Qualidade da Informação
Contábil e Fiscal no Siconfi

Novas regras da CAPAG



Mais Novidades

27º

Compartilhamento de dados recebidos pelo Siconfi

Problema: excesso de trabalho para envio de dados aos diferentes órgãos fiscalizadores e divergência nas informações.

Medida: Acordo de Cooperação com Tribunais de Contas Estaduais

O Acordo com TCE-CE foi assinado em 28 de junho de 2023 e estão em curso tratativas com outros tribunais

Medida: esforços para viabilizar o compartilhamento de dados com o SIOPE (Ministério da Educação) e o SIOPS (Ministério da Saúde)

Busca-se reduzir a quantidade de envios de dados para os entes, além de melhorar a qualidade da informação disponível para todos os usuários.





Mais Novidades

Atos Normativos

- Projeto de Lei Complementar - Aprimoramentos no RRF e na LRF
- Decretos – novo cronograma/marcos de integração do SIAFIC e alteração do PEF
- Portarias do Ministério Fazenda:
 - Atualizações na Portaria ME nº 5.623/22 – após consulta pública sobre a CAPAG
 - Portaria introduzindo contrapartidas das IFs nas operações com aval da União
 - Portaria do Tesouro que institui o Ranking de Qualidade da Informação Contábil e Fiscal no Siconfi e o Prêmio Qualidade da Informação Contábil e Fiscal para entes da Federação
 - Portaria do Tesouro detalhando os procedimentos de contrapartidas das IFs nas operações de crédito com aval da União
- Revisão da Resolução CMN sobre limites de operações de crédito

Sumário

- 1 Contexto anterior de atritos entre União, Estados e municípios
- 2 O que já foi feito de reconstrução do pacto federativo em 6 meses
- 3 Mais novidades
- 4 **Considerações Finais**





Considerações finais

Estruturação de medidas que proporcionem a consolidação de uma efetiva cooperação entre os entes federativos e a minoração dos conflitos atualmente existentes entre eles.

Objetivos

- ✓ Criar relação federativa de diálogo e cooperação;
- ✓ Ampliar investimentos em Estados e municípios;
- ✓ Criar incentivos para melhoria dos indicadores fiscais;
- ✓ Alavancar o processo de estruturação e garantia de projetos de concessões e PPPs no país;
- ✓ Apoiar projetos de melhoria da gestão fiscal e de capacitação;
- ✓ Criar novas oportunidades para médios e pequenos municípios.

Instrumentos

- ✓ Revisão da Capag;
- ✓ Aprimoramentos no RRF e no PEF;
- ✓ Aprimoramentos na LRF;
- ✓ Incentivo a PPPs subnacionais;
- ✓ Revisão dos limites de operações de crédito.





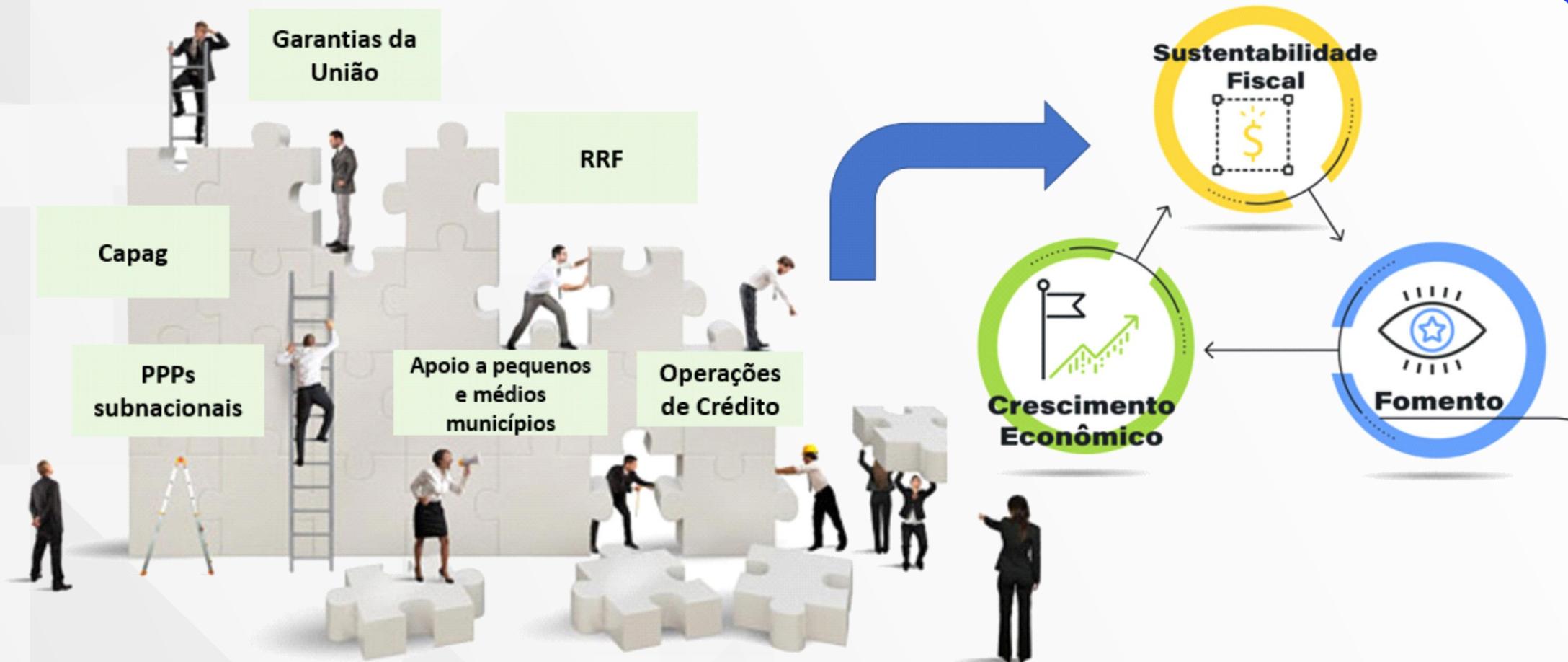
Reconstrução Federativa a todo vapor...

Ciclo de Cooperação Federativa





Reconstrução Federativa a todo vapor...



Obrigado!

SECRETARIA DO
TESOURO NACIONAL



MINISTÉRIO DA
FAZENDA

